

Ruptura de acordo ameaça votação da reforma tributária de emergência

por Claudia Safatle
de Brasília

Os projetos de lei que tornam o Imposto Territorial Rural (ITR) mais progressivo regulamentam a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, criam o Imposto sobre as Grandes Fortunas e o rito sumário na reforma agrária, tiveram o requerimento de "urgência urgentíssima" negado ontem, pelo plenário da Câmara dos Deputados, e suas votações transferidas para o ano que vem.

Foi uma ruptura do acordo acertado pela manhã numa reunião dos líderes dos partidos, envolvendo também o procedimento para a votação, possivelmente hoje, dos projetos de lei da rolagem das dívidas dos estados e municípios, o ajuste fiscal (reforma tributária de emergência) e o projeto de lei complementar que recria o Finsocial.

Na reunião de líderes, ontem pela manhã, na Câmara dos Deputados, havia sido fechado o seguinte acordo: dois requerimentos de urgência urgentíssima (um do ITR e o outro com os três projetos restantes, em bloco) seriam votados à tarde e os líderes dos partidos não pediriam verificação de quórum. Com isso, atenderiam as reivindicações do PT e PSDB, que, também através do acordo, deixariam de obstruir a votação da rolagem das dívidas.

O deputado Luis Eduardo Magalhães (Bloco/BA), filho do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, contudo, pediu verificação de quórum para a votação da urgência urgentíssima requerida para os projetos de participação nos lucros, rito sumário e grandes fortunas. Resultado, a urgência foi rejeitada por 170 votos a favor, 152



Luis Eduardo
Magalhães

contra e 11 abstenções (não atingiu, portanto, os 252 votos necessários para aprovação).

O regimento interno da Câmara determina que numa mesma sessão só se pode pedir verificação de quórum obedecendo ao intervalo de uma hora entre cada pedido. Portanto, para votar a urgência urgentíssima do ITR não havia mais necessidade desse expediente. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), porém, contornou o regimento, e solicitou votação nominal, ao invés de votação simbólica. Novamente rejeitado: 172 votos a favor, 139 contra e 14 abstenções.

Encenando o cumprimento do acordo, o deputado Luis Eduardo Magalhães usou o microfone do plenário para pedir que os parlamentares do Bloco de apoio ao governo votassem a favor da urgência urgentíssima para o projeto de lei do ITR. Em seguida, de costas para o microfone, fez sinal de "não" com as mãos.

O deputado Aloísio Mercadante (PT/SP), irritado com essas manobras que jogaram por água abaixo um acordo firmado pela

manhã, prometeu utilizar todos os recursos disponíveis para obstruir a votação da rolagem da dívida dos estados e municípios, em princípio marcada para hoje pela manhã. Usará, para isso, da apresentação de emendas ao projeto negociado entre o governo e o PMDB, com apoio do PDT e de boa parte do bloco de consolidação das dívidas dos estados e municípios.

Mercadante já tem prontas 259 emendas ao projeto da rolagem e pretende usá-las para obstruir a votação. Isso se não houver uma nova tentativa de acordo de ontem para hoje. Ele sabe que esse é um procedimento desgastante e frágil, mas teria condições de ser bem-sucedido se a obstrução resultar no esvaziamento do plenário. Hoje, quarta-feira, segundo dia da convocação extraordinária do Congresso Nacional, deverá reduzir-se, em muito, a presença dos parlamentares em Brasília. Afinal, os vôos nesse final de ano tendem a ficar lotados e nenhum deputado ou senador pretende passar as festas de final de ano na capital federal.

Há condições de a rolagem das dívidas ser aprovada. Ontem o texto final — produto do acordo entre governo, PMDB, PDT, os "carlistas" (deputados ligados ao governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães) e a bancada ruralista (que conseguiu colocar no acordo da rolagem a retirada do ITR — estava pronto. Se passar na Câmara, ainda irá para apreciação do Senado Federal, para, depois, se transformar em lei, junto com o ajuste fiscal.

A rolagem representa "limpar" um passivo de cerca de US\$ 70 bilhões dos estados e municípios, que será assumido pela União. A reforma tributária de

emergência deve dar um ganho, inclusive com a reindexação dos impostos, de não mais do que US\$ 9,5 bilhões. Cifra que será dividida com os estados e municípios, na proporção de meio a meio. O ajuste fiscal para 92 saiu caro para o Tesouro Nacional.

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

O primeiro dia de convocação extraordinária na Câmara rendeu ontem poucos resultados. Foi aprovado apenas um dos projetos que estavam incluídos na ordem do dia: o que homologa o acordo firmado pelo governo brasileiro com a Organização das Nações Unidas (ONU). Assumindo todos os ônus pela realização da conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento (ECO/92) e fixando o compromisso inicial de repassar para a organização internacional, até 1º de março de 1992, US\$ 2.846 milhões — referentes às estimativas de custos adicionais diretos e indiretos calculados para a realização da conferência, apurou a repórter Adriana Vasconcelos.

Apesar de a Câmara ter recebido, ontem, o projeto de lei complementar que previa o pagamento integral do INPC acumulado entre março e dezembro aos aposentados e pensionistas com ganhos acima do salário mínimo ele será considerado prejudicado, já que ontem o Superior Tribunal de Justiça aprovou o pagamento de 147% de reajuste aos beneficiários da Previdência Social, índice que norteou em agosto o aumento do valor do salário mínimo e que desde então passou a ser reivindicado também pelos aposentados e pensionistas com renda superior ao mínimo.